

As novas

GAZETA MERCANTIL

Dinheiro

condições

dos bancos

11 FEB 1988 11 FEB 1988

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê de bancos entregou ontem ao governo brasileiro uma dura contraproposta para o reescalonamento da dívida externa, na qual os credores oferecem menos da metade dos US\$ 11,5 bilhões que o Brasil solicitou em novos empréstimos e condiciona a viabilização de qualquer acordo à ida do País ao Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecendo ainda vínculos fortes entre os desembolsos dos créditos que vierem a conceder e os do FMI.

O presidente do Banco Central e chefe da delegação de negociadores brasileiros, Fernando Milliet, afirmou que a oferta de "dinheiro novo" dos credores está muito aquém das pretensões brasileiras.

Em dezembro passado, o governo brasileiro pediu aos bancos um total de US\$ 11,5 bilhões, divididos em US\$ 3,4 bilhões para 1987, US\$ 3,7 bilhões para 1988 e

US\$ 4,4 bilhões para 1989. Segundo fontes do governo e executivos de bancos, a proposta brasileira não mudou de forma significativa desde então.

Fontes bem informadas disseram a este jornal que as duas partes encerraram discussões preliminares sobre esse item na segunda-feira passada, concordando apenas em continuar a discordar. Milliet tinha planos de retornar ontem à noite ao Brasil, depois de permanecer quase três semanas em Nova York. Os demais integrantes da equipe de negociação voltaram a Brasília na terça-feira.

A proposta dos bancos, contida num espesso documento entregue ao presidente do Banco Central durante uma breve reunião que teve com o comitê, na manhã de ontem, contempla entre US\$ 4,5 bilhões e US\$ 5 bilhões em novos empréstimos no período de 1º de janeiro de 1987 e 30 de junho de 1989, sem especificar os montantes para ca-

da ano. Essas cifras incluem o dinheiro de que o País precisará para refinarçar, a prazos mais longos, os US\$ 3,08 bilhões de crédito de curto prazo que obteve de 114 bancos credores em dezembro do ano passado, no quadro do "entendimento preliminar" para o encerramento da moratória assinado em outubro pela equipe do então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Dois terços desse empréstimo — destinado a cobrir perto de 70% da conta de juros não paga em 1987, em resultado da moratória de 20 de fevereiro — ainda não foram desembolsados e só o serão quando entrar em vigor o acordo que está sendo buscado agora. Deduzidos os US\$ 3,08 bilhões desse crédito, a oferta de "dinheiro novo" apresentada pelos bancos não chega, na melhor das hipóteses, a US\$ 2 bilhões.

Os bancos propuseram um "spread" (taxa de risco) um pouco inferior a 1%, medidos em 16 avos. O Brasil paga atualmente um "spread" médio de 2% sobre o estoque de sua dívida externa de cerca de US\$ 70 bilhões aos bancos e pretende reduzi-lo ao nível de 0,8125% concedido no final de 1986 ao México. A contraproposta dos bancos não menciona, contudo, a adoção do sistema "carve out", pelo qual o novo "spread" é aplicado sobre o conjunto da dívida, como pede o Brasil.

Os credores mostraram-se um pouco mais generosos em relação à renovação dos vencimentos do principal (que não têm esperança de receber), ampliando a janela de renegociação de 1986 para o início da década de 90. Fontes bancárias não esclarecem os prazos de pagamento e de carência oferecidos para a renovação do principal, mas indicaram que eles são convencionais e estão em linha com os últimos acordos feitos com outros países em desenvolvimento altamente endividados.

Um executivo de banco ouvido por este jornal indicou que a contraproposta contém vários elementos que desagradarão o governo Sarney. Disse ainda que ela reflete "a mesma inflexibilidade que os negociadores

(Continua na página 31)

As novas condições dos bancos

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

brasileiros demonstraram na mesa de negociação".

Procurando diminuir o espaço para pressões oficiais de Washington, antes de apresentar sua contraproposta ao governo brasileiro, o comitê de bancos verificou se os números do balanço de pagamentos brasileiro com o qual estava trabalhando eram consistentes com os números do FMI, do Banco Mundial e do governo americano. Conforme já noticiado por este jornal, o time de economistas do comitê esteve em Washington na semana passada para conversar com os técnicos do Departamento do Tesouro, do Federal Reserve (o banco central dos EUA) e dois dos organismos multilaterais de crédito.

Segundo fontes financeiras, os bancos ainda não começaram a sentir pressão de Washington para chegar a um acordo com o Brasil mas não se surpreenderão se isso começar a acontecer depois da visita a Washington do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, na semana que vem. De acordo com essas fontes, a raiz da divergência entre a delegação brasileira e os credores em relação ao montante dos novos empréstimos está no fato de o governo não ter diminuído seu pedido de dinheiro novo depois que, em janeiro, aumentou em US\$ 2 bilhões suas projeções de saldo comercial para 1988. Os representantes brasileiros alegaram que suas projeções de entrada de recursos oficiais (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano e Clube de Paris) foram superestimadas, à medida que os capitais dessas fontes não estariam disponíveis antes das semanas finais do ano.

Os credores interpretaram esse argumento como um sinal claro de que as negociações entre o Brasil e o FMI, que o governo pretende iniciar em março e de cuja conclusão depende a retomada do fluxo do crédito oficial, avançariam lentamente e entrariam pelo segundo semestre. Esta possibilidade consolidou entre eles a convicção de que os progressos nas negociações com o Fundo estão condicionados ao calendário da campanha do presidente José Sarney pelo mandato de cinco anos.

A reação dos bancos teve dois aspectos. No que diz respeito aos números, o comitê reduziu drasticamente os US\$ 3,7 bilhões de "dinheiro novo" que o Brasil pedirá para 1988, por conta da melhora projetada no saldo comercial, e eliminou a necessidade de o País ter financiamento dos bancos em 1989, por conta dos fundos oficiais que o governo espera receber a partir das últimas semanas deste ano.

No nível político, os credores privados decidiram retomar a exigência do envolvimento do FMI. Segundo fontes financeiras, a exigência da ida ao Fundo visa, por um lado, reafirmar a validade do ritual tradicional das negociações com países devedores e, por outro, viabilizar o próprio acordo. "Nenhum banco vai aderir ao acordo, e mui-

to menos assiná-lo, se o Brasil não tiver um programa negociado com o Fundo", disse um executivo de banco familiarizado com as negociações, assinalando, porém, que o anúncio de um acordo poderia ser feito antes de o governo ter concluído as negociações com o FMI. O prazo médio do anúncio de acordos entre os bancos e os países devedores e sua efetivação não é inferior a seis meses. Da perspectiva dos bancos, o envolvimento do Fundo é visto como indispensável também para viabilizar qualquer novo esquema provisório de financiamento que venha a ser negociado para colocar os pagamentos de juros do Brasil em dia.

A vinda do ministro Mailson da Nóbrega aos Estados Unidos, na próxima semana, acendeu a expectativa, entre os credores, de que ele traga não apenas concessões no que diz respeito aos termos da negociação. "Dinheiro fala mais alto que qualquer concessão ou promessa", afirmou um banqueiro.

"Os US\$ 350 milhões que o governo pagou em juros, no mês passado, compraram um pouco de boa vontade, mas não muita", notou ele, deixando claro que os bancos pretendem colocar forte pressão sobre o ministro, que deverá ter contatos com alguns banqueiros, possivelmente na sexta-feira da semana que vem, em Nova York, depois de cumprir a carregada agenda de compromissos que o espera em Washington.

Os credores percebem em Mailson um homem mais disposto à conciliação do que Milliet e, por razões óbvias, não perdem a chance para estabelecer a possível distinção entre eles. "O que temos ouvido na mesa de negociações não corresponde às declarações conciliatórias em relação à dívida que têm sido feitas em Brasília", disse um banqueiro. De acordo com funcionários brasileiros esse contraste decorre da postura adotada pelo governo de evitar criar dificuldades ainda maiores nas negociações, através de declarações públicas heróicas, mas ser firme na mesa de negociação.

A realidade inescapável é, porém, que a contraproposta dos credores está calcada na percepção dominante entre os banqueiros de que eles estão lidando com um país debilitado, que não tem armas nem coesão política interna para reagir e está hoje entregue a um governo isolado e desacreditado, prestes a enfrentar a hora da verdade na administração da economia doméstica.

"O fato de a receita do governo no mês de janeiro não chegar para cobrir as despesas de pessoal revela, de forma definitiva, a natureza do problema do déficit fiscal brasileiro", disse um banqueiro. "O presidente Sarney passará, agora, pelo teste real: ele terá que cortar pessoal, terá que reduzir salários, terá que fechar empresas estatais". E não é o FMI que empurrará o presidente a tomar medidas duras assim, notou o banqueiro. "Elas serão impostas pelas próprias realidades da economia brasileira", disse.